

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

-----**SESSÃO ORDINÁRIA:**-----
-----**REUNIÃO DE DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2002**-----
-----**ACTA NÚMERO ONZE / DOIS MIL E DOIS**-----
-----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício.-----
-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (P.S.D.), Abel José Marques Bruno Henriques (B.P.), Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (P.S.), José Júlio Martins Barreiras (P.S.D.), Cândido Manuel Patuleia Mendes (B.P.), Maria Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira (C.D.U.), Adélia Maria Sobreiro Abreu Silva (P.S.D.), João Ricardo Mateus (B.P.), Nuno Manuel Mota Silva (P.S.D.), Vítor Manuel Ferreira Fonseca (P.S.), Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (B.P.), Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (P.S.D.), Mário Gomes Morgado (C.D.U.), Susana Paula Geraldês Trindade Manco (P.S.), Carlos João F. Pereira Fonseca (P.S.D.), Marlene Sofia Fortunato Veloso (B.P.), Joaquim Luis Elias Carvalho (PS), João Paulo Hermenegildo (P.S.D.), Aires Daniel Faria Silva (B.P.), Vítor Fernando Soares Garcia (C.D.S./P.P.), João Manuel Cordeiro Alves (C.D.S./P.P.), José Manuel Gonçalves Vieira (P.S.D.), José João Jesus Ferreira (P.S.D.), Eugénia Maria Piteira Leal (P.S.), Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (B.P.) e Joaquim Marcos Henriques (B.P.).-----
-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, João Carlos Barreiras Duarte, Jorge Manuel Costa Pereira, Manuel Quintino Filipe Silva, António José Silva Faustino e Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, o Chefe da Divisão técnica eng. Luís Fernando Pereira Mil-Homens, a responsável pela Divisão Financeira Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----
-----Pelas 21.35 horas o senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão que decorreu no Auditório Municipal de Bombarral.-----
-----**EXPEDIENTE:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia leu o expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão ordinária.-----
-----**ACTA N.º 06/2002:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções foi deliberado por maioria com 23 votos a favor e 3 abstenções aprovar a acta n.º 06/2002 da reunião de 27.09.2002.-----
-----**ACTA N.º 07/2002:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com 22 votos a favor e 4 abstenções aprovar a acta n.º 07/2002 da reunião de 03.10.2002.-----
-----**ACTA N.º 08/2002:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções foi deliberado por maioria com 20 votos a favor e 6 abstenções aprovar a acta n.º 08/2002 da reunião de 18.10.2002.-----
-----**ACTA N.º 09/2002:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções foi deliberado por maioria com 21 votos a favor e 5 abstenções aprovar a acta n.º 09/2002 da reunião de 22.11.2002.-----
-----**ACTA N.º 10/2002:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções foi deliberado por maioria com 24 votos a favor e 2 abstenções aprovar a acta n.º 10/2002 da reunião de 20.12.2002.-----
-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou das diligências desenvolvidas e dos ofícios enviados relacionados com a questão dos cortes frequentes no fornecimento de energia eléctrica. Referiu que foi tornado público um comunicado com

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

contactos da EDP para os quais poderiam ser enviadas reclamações, mas que por estranho que pareça dois dias depois da saída do comunicado esses números de telefone foram alterados. Informou ter sido recebido da ERSE um ofício a dar conhecimento de que iriam iniciar um processo de mediação tendo já solicitado esclarecimentos à EDP. Logo que haja mais novidades de imediato dará conhecimento por intermédio dos líderes de bancada. Na sequência de um requerimento feito pela CDU relativamente a um pedido de diversos protocolos, foi enviado um primeiro ofício à Câmara Municipal que não teve resposta. Enviou um segundo ofício e aí a Câmara enviou os documentos solicitados à excepção do relatório de direito de oposição. Remeteu um terceiro ofício a chamar a atenção para esta falta mas até ao momento não obteve resposta. Por não ter podido estar presente na inauguração do Centro de Saúde mandou uma mensagem por intermédio do senhor Presidente da Câmara a congratular-se com a inauguração e a solicitar que fosse transmitida ao senhor Ministro da Saúde a sua preocupação por causa da redução do horário de funcionamento do SAP.. Informou igualmente de todas as actividades onde esteve presente em representação da Assembleia Municipal. -----

-----A senhora D. M.^a Los Angeles (CDU) na qualidade de presidente da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território prestou informação sobre o teor das reuniões da referida comissão bem como das diversas informações solicitadas à Câmara Municipal e propostas aprovadas para a realização de debates na área do ambiente e sobre a recolha de entulhos na zona do Falcão. -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) na qualidade de presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento informou que lamentavelmente a comissão não realizou a última reunião porque a Câmara Municipal não respondeu aos pedidos feitos. Mesmo sem documentos no futuro convocará as reuniões da comissão.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal lembrou os objectivos da Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento dizendo que o facto de não terem recebido os elementos solicitados à Câmara Municipal não deveria ter impedido que chegassem os relatórios sobre a execução do orçamento. Solicitou que de futuro, mesmo que a Câmara não forneça os elementos solicitados, a comissão apresente os relatórios. -----

O senhor Abel Henriques (BP) distribuiu pelos grupos municipais mapas com dados estatísticos com origem no Ministério da Saúde e no INE que considerou deverem preocupar a autarquia dado apresentarem uma taxa de natalidade muito inferior à média nacional e uma taxa de envelhecimento muito acima da média nacional. Isto tem como consequência uma taxa de mortalidade elevadíssima e problemas de saúde muito específicos e uma população muito idosa. A Comissão Concelhia de Saúde, que ainda não existe na ARS Centro, é tanto mais importante porque se anunciou um projecto ambicioso da Santa Casa da Misericórdia para o Hospital Casimiro Silva Marques. Sugeriu que a Câmara Municipal, no interesse das populações, promova a constituição desta comissão. Apresentou a seguinte proposta de moção: “Considerando que: A) O Centro de Saúde do Bombarral disponibilizava, até há bem pouco tempo, aos cerca de 15.000 utentes inscritos, um Serviço de Atendimento Permanente (SAP) em funcionamento 24 horas por dia; B) O atendimento no SAP representava cerca de 30% do movimento total de consultas; C) A dinâmica geracional no Concelho do Bombarral reflecte um índice de envelhecimento (144,1) muito superior à média nacional e também acima dos concelhos limítrofes mais desenvolvidos (Torres Vedras e Caldas da Rainha); D) Como consequência da dinâmica geracional referida, cerca de 22% do total da população do Concelho tem mais de 65 anos de idade e a taxa de mortalidade (12,4) está igualmente muito acima quer da média nacional, quer dos concelhos limítrofes de referência (Torres Vedras e Caldas da Rainha); E) O encerramento do Centro de Saúde das 20 às 08 horas representa uma

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

séria perda de qualidade de vida para a população deste Concelho, envelhecida e a necessitar de cuidados de saúde que, muitas das vezes, não revestindo a natureza de uma verdadeira urgência hospitalar, não se compadecem com o novo "horário de repartição", obrigando a incómodas e onerosas deslocações ao Serviço de urgência da Unidade Hospitalar de Caldas da Rainha; F) O encerramento nocturno do Centro de Saúde contribui para uma má utilização da urgência da unidade hospitalar de Caldas da Rainha (a 20 Km de distância da sede do Concelho) e poderá constituir mais um factor de constrangimento deste serviço, em prejuízo da sua verdadeira natureza - serviço de urgência; G) Esta medida tem ainda consequências gravosas para a corporação dos Bombeiros Voluntários do Bombarral, que começa a sentir dificuldades em dar resposta às solicitações da população para deslocações nocturnas a Caldas da Rainha, face à escassez dos meios disponíveis, quer humanos, quer ao nível da frota de ambulâncias e veículos de transporte de doentes; A Assembleia Municipal de Bombarral, reunida em sessão ordinária, em 27 de Dezembro de 2002, no Auditório Municipal do Bombarral, apresenta junto de Sua Excelência, o Ministro da Saúde o seu veemente protesto pelo encerramento do Centro de Saúde do Bombarral entre as 20 e as 08 horas, o que representa um incompreensível retrocesso na cobertura de cuidados de saúde primários da população do Concelho e, nessa medida, uma inerente perda de qualidade de vida, solicitando a sua pronta intervenção no sentido de determinar que o Centro de Saúde do Bombarral, a funcionar num moderno edifício, dotado das melhores condições, recentemente inaugurado, disponha de um Serviço de Atendimento Complementar (SAC) a funcionar 24 horas, como aliás, acontecia nas antigas instalações, até há bem pouco tempo. Assim se prosseguirá verdadeiramente o interesse público, consubstanciado na efectivação do direito à protecção da saúde e à equidade no acesso à rede nacional de cuidados de saúde. Desta moção dirigida ao Senhor Ministro da Saúde, deverá ser dado conhecimento a: . Presidente da República . Comissão Parlamentar de Saúde e Toxicodependência da Assembleia da República . Administração Regional de Saúde de Coimbra. Sub-Região de Saúde de Leiria . Director do Centro de Saúde do Bombarral . Comunicação Social “ -----

----- O grupo municipal da C.D.U. apresentou a seguinte moção: “Considerando o novo horário de atendimento aos utentes do Centro de Saúde recém inaugurado, que é reduzido para doze horas, os eleitos da Assembleia Municipal do Bombarral alertam para os seguintes factos: 1. O novo horário reduzido é, só por si, uma regressão óbvia nas condições de prestação de cuidados de saúde à população do concelho, contrariando as intenções tão propagandeadas pelo Governo de melhorar progressivamente essas condições. 2. O novo horário reduzido vai sobrecarregar o hospital de Caldas da Rainha já por si com ocupação acima do razoável. 3. O novo horário reduzido vai obrigar a que pequenos tratamentos tenham de ser efectuados por Caldas da Rainha obrigando a uma deslocação desnecessária quer a particulares, quer aos Bombeiros Voluntários do Bombarral. 4. O novo horário reduzido ao obrigar ao aumento de deslocações dos Bombeiros pode provocar sérias dificuldades a estes ou mesmo a ruptura dos seus serviços. 5. Por fim, o novo horário reduzido do Centro de Saúde do Bombarral demonstra bem a falta de empenhamento reivindicativo do poder autárquico local que se satisfaz com uma inauguração com pompa e circunstância, com Ministro e Secretário de Estado, com muitos agradecimentos aos Ministros e Deputados de Governos anteriores, mas sem qualquer alusão aos prejuízos sofridos pela população que devia, em primeira instância, representar. Por tudo isto, a Assembleia Municipal do Bombarral exige a reposição do verdadeiro Serviço de Atendimento Permanente, vinte e quatro horas, de acordo *aliás* com o reivindicado por duas mil pessoas que subscreveram o abaixo-assinado entregue ao Sr. Ministro no dia da inauguração. “

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

O grupo municipal da C.D.U. apresentou o seguinte voto de pesar: “No dia 26 de Novembro de 2002 morreu o bombarralense João Nogueira. É público que João Nogueira era um activista da CDU desde sempre. João Nogueira foi eleito na Junta de Freguesia do Bombarral pela CDU. João Nogueira foi o cabeça de lista da CDU nas últimas eleições autárquicas, há um ano atrás. Foi com muito orgulho que o tivemos connosco na vida política. Mas não é só a presença e a acção de João Nogueira na CDU que queremos lembrar aqui, hoje, um mês e um dia após a sua morte. A figura, a palavra, a acção, a influência de João Nogueira extravasavam o âmbito da CDU. O seu humanismo e o seu voluntarismo envolveram-no em inúmeras tarefas nos mais variados domínios. Podemos lembrar o João Nogueira no SATI, no Cineclube, no Conselho Municipal, na Junta de Freguesia, na União Cultural e, sabemos lá, em quantas actividades pontuais. Mas lembramos sempre o João do sorriso aberto, o João da palavra amável, o João da atitude enérgica que impulsionava o grupo, o João que preferiria fazer menos bem a não fazer nada. O João foi um homem de acção constante que marcou de variadas maneiras a vida do Bombarral. O João Nogueira foi um homem importante do Bombarral. Todos sabemos que é bom ser importante. Mas como ele próprio dizia muitas vezes, o que é mesmo importante é ser Bom. E ele também o foi: Bom. “-----

----- Foi deliberado por unanimidade aprovar o voto de pesar supra transcrito.-----

----- Seguidamente foi respeitado um minuto de silêncio em memória do senhor João Nogueira.--

----- O grupo municipal do P.S. apresentou a seguinte moção: “1. Considerando que a saúde é um direito inerente a cada cidadão e que compete aos órgãos autárquicos zelar pela garantia deste mesmo direito; 2. Considerando que a redução do horário de funcionamento do S.A.C. (Serviço de Atendimento Complementar) para as 20:00 horas, veio diminuir gravemente a utilização dos serviços de saúde aos munícipes bombarralenses; 3. Propõe-se que a Mesa desta Assembleia Municipal convoque uma reunião de carácter urgente com a entidade da tutela e a presença de um elemento de cada bancada desta assembleia, a fim de requerer ao Ministério da Saúde o horário de funcionamento do SAP Bombarral para as 24 horas, como acontece noutros concelhos vizinhos. 4. Esta moção será enviada ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, partidos com assento na Assembleia da República, Director da A.R.S. sub-região de Leiria, Provedor de Justiça, Director do Centro de Saúde do Bombarral e órgãos de comunicação social da região Oeste. “-----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia mostrou-se preocupado com esta situação que está a causar problemas a nível da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários devido á falta de transportes e também a nível das farmácias que estão a colocar a hipótese de encerrarem o atendimento permanente porque não se justifica estarem abertas toda a noite. -----

----- O senhor Mário Morgado (CDU) apelou a que o PS alterasse o ponto 3 da sua moção de modo a contemplar o funcionamento do SAP durante as 24 horas.-----

----- A D. Susana Manco (PS) aceitou o apelo da CDU. -----

----- Pelas 22.50 horas foi a sessão interrompida por 5 minutos. -----

----- Pelas 23.00 horas foi a sessão reatada. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que as Comissões Municipais de Saúde existem no papel e são uma competência directa dos Centros de Saúde. Há cerca de 5 anos essa comissão foi implementada pelo Centro de Saúde mas os seus membros nunca foram convocados. Em relação ao SAP lembrou que em finais de 2000 chegou uma informação não oficial de que iria ser reduzido o seu horário de funcionamento. A Câmara Municipal reuniu com a Direcção do Centro de Saúde e com a Direcção da Sub-região de

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

Saúde tendo sido informada das razões dessa redução. Esperavam que esse encerramento não fosse levado a efeito em 2001 apenas por haver eleições autárquicas. Nesse ano de facto não encerrou mas logo após as eleições autárquicas foi reduzido o horário de funcionamento e já nessa altura estava prevista a redução do horário de funcionamento para as 20.00 horas, o que iria ocorrer quando entrasse em funcionamento o novo centro de saúde. Estatisticamente não se justifica a abertura do centro de saúde durante o período nocturno. Praticamente todos os doentes que se deslocam á noite ao SAP são transferidos para o Hospital Distrital de Caldas da Rainha e por isso foi ali colocada uma ambulância do INEM com excelentes condições e que já se deslocou por diversas vezes ao Bombarral. Das 20 às 24.00 horas a média é de 11,8 doentes dos quais 8,1 são transferidos para o Hospital Distrital de Caldas da Rainha por falta de condições. Existe uma grande falta de médicos em Portugal e após os 50 anos não são obrigados a trabalhar no SAP. Nos últimos meses o SAP do Bombarral tem sido essencialmente assegurado por médicos que vêm de Caldas da Rainha. -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) apelou à fusão das 3 moções apresentadas para terem um impacto maior.-----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que as Comissões Concelhias de Saúde não são uma capela de ninguém mas sim um órgão e neste caso um órgão consultivos das ARS. Qualquer das entidades que a lei institui como membros das mesmas pode exigir que ela se constitua. - -----

-----A D. Susana Manco (PS) levantou a questão da dualidade de custo acrescido para os Bombeiros Voluntários em função da redução do horário de funcionamento do Centro de Saúde. Lembrou existirem doentes que não e podem englobar nas estatísticas referidas. Os idosos que recorrem muitas vezes a estes serviços por questões como falta de ar, febres ou solidão não constam das estatísticas. Concorda com o Vice-Presidente da Câmara quando diz que não há condições no centro de saúde porque este até foi inaugurado sem o raio X estar a funcionar. - -----

-----O senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a política de saúde é uma preocupação e daí o actual governo estar a tomar medidas que já deviam ter sido tomadas há muitos anos. A informação que tem é que a máquina de raio X estava a funcionar. Como os centros de saúde não têm serviço de radiologia foi solicitada autorização para transferir a máquina do actual hospital, sendo necessário adquirir uma peça. Vai indagar junto do Director do Centro de Saúde para saber porque é que a máquina não está a funcionar. Questionaram há um ano o facto de estar previsto o encerramento do SAP e não o ser feito porque havia eleições autárquicas e como não era previsível haver eleições legislativas encerrava-se a seguir às autárquicas para o PS ter tempo para digerir a situação. Esta decisão já foi tomada há cerca de dois anos. Lamentou que desde a redução do funcionamento do SAP tenha havido dezenas de assembleias municipais e só agora se lembrem de protestar. Haja bom senso e encontre-se um equilíbrio.-- -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) chamou a atenção para o facto do período máximo de uma hora estabelecido na lei e no regimento para a duração do período antes da ordem do dia se encontrar excedido há muito, bem como já se encontrar esgotado o tempo para uso da palavra dos diversos grupos municipais e da Câmara Municipal. Pensa ser necessário cumprir as regras do regimento e respeitar os tempos de intervenção para que as sessões não se alonguem. Considerou extraordinário o número de técnicos de saúde que existem nesta Assembleia Municipal. É espantoso que esta questão se esteja a colocar hoje quando já vem do tempo do governo PS. É evidente que a questão está a ser politizada e não está a ser bem avaliado aquilo que é o interesse dos munícipes.-----

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia reconheceu que algumas das bancadas já esgotaram o tempo de que dispunham para intervirem antes da ordem do dia, sendo necessário avançar com os trabalhos.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) manifestou-se estupefacto com a intervenção do senhor João Paulo Hermenegildo que parece querer restringir o uso da palavra sobre assuntos tão importantes. Foi eleito como independente e para defender os interesses dos bombarralenses. O anseio da população não se pode medir em termos técnicos. Referiu que a ambulância do INEM é só para actuar em situações de emergência. Estão a discutir o assunto de forma séria e não a politizá-lo.-----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) considerou esta questão muito importante. Todos sabem que os serviços nacionais de saúde funcionam mal quando não há dinheiro. Tem que se pensar não no óptimo mas sim naquilo que é possível fazer. Lembrou que foram técnicos da ARS que consideraram que este horário de atendimento era o possível. Politizar as questões é muito fácil, mas resolvê-las é difícil.-----

-----Colocada à votação a moção do Bombarral Primeiro foi a mesma aprovada por maioria com 17 votos a favor (8 do BP, 5 do PS, 2 do CDS/PP e 2 da CDU) e 9 abstenções (9 do PSD). -- -----

-----Colocada à votação a moção da CDU foi a mesma aprovada por maioria com 17 votos a favor (8 do BP, 5 do PS, 2 do CDS/PP e 2 da CDU) e 9 abstenções (9 do PSD). -----

-----Colocada à votação a moção do PS foi a mesma aprovada por maioria com 17 votos a favor (8 do BP, 5 do PS, 2 do CDS/PP e 2 da CDU) e 9 abstenções (9 do PSD). -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse que quando na comissão de urbanismo foi apresentada uma moção relacionada com o encerramento do Aterro Sanitário do Oeste votou contra porque resumir um problema ambiental tão grave a uma moção de desconfiança à Câmara Municipal por não ter comunicado o encerramento, é muito redutor e afasta o essencial que é a implementação e gestão do aterro. Solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal do cadaval um relatório da Comissão do Ambiente daquele município e distribuiu cópia do mesmo aos grupos municipais. Inclui uma proposta da RESIOESTE sobre aterros sanitários e um esquema do que seria o aterro. Solicitou que se faça a comparação com fotos do aterro que está transformado em lixeira. O Ministro Isaltino Morais não estava interessado em encerrar o aterro e só o fez quando lhe foi apresentado este relatório e teve a sensação de que se não o fizesse seria a Câmara Municipal do cadaval a fazê-lo. Apelou ao senhor Presidente da Câmara, que representa a autarquia na direcção da AMO, que se não se pensar neste problema o aterro vai ficar cheio antes de tempo e daqui a 4 / 5 anos não se sabe onde colocar o lixo. Os lixiviados estão a escorrer nas linhas de água para o Rio real e vão contaminar as nossas várzeas. O aterro foi inaugurado prematuramente e está a contaminar os lençóis friáticos. Considerou de bradar aos céus como é que se coloca uma estrutura daquelas numa zona de REN e de recarga do maior aquífero da região. -----

-----O senhor João Manuel Alves (CDS/PP) manifestou a sua preocupação quanto a este assunto que já foi amplamente debatido na última reunião da Comissão do Urbanismo. Solicitou um ponto de situação sucinto sobre o funcionamento da protecção civil.-----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça solicitou informações sobre a estrada nova do Paul (Quinta da Carvalha), sobre obra polémica na Delgada e resolução dos problemas das águas em São Mamede. -----

-----A D. Susana Manco (PS) disse ao senhor João Paulo Hermenegildo que o PS não admite lições de ninguém. Quem politizou a questão do centro de saúde foi o PSD há um ano. Quanto à questão do aterro lembrou o senhor Carlos João Fonseca que a proposta aprovada

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

na Comissão de Urbanismo não tinha a ver com o funcionamento do aterro mas sim com o facto de se a autarquia consegue em dia e meio fazer um convite à população, também consegue fazer um aviso. Solicitou esclarecimentos sobre se a Câmara Municipal já pagou a factura da recolha do lixo e sobre quais as Câmaras que ainda não o fizeram. Solicitou igualmente informação sobre o projecto da escola da Delgada. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse achar que a moção aprovada na comissão de urbanismo esquece o problema grave que está por detrás. A comunicação social soube por si em 15 de Novembro às 16.00 horas do encerramento do aterro sanitário pelo que era difícil que a Câmara Municipal soubesse. A administração da RESIOESTE devia ter informado as autarquias. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) declarou que “O PSD congratula-se com as iniciativas desenvolvidas pelo Sr. Vice-presidente da Câmara e deputado à Assembleia da Republica João Carlos Barreiras Duarte, com vista à construção do edifício do novo Tribunal da Comarca do Bombarral, cuja verba no valor de 1.000.000 de euros já se encontra inscrita no Orçamento Geral do Estado, através de proposta de alteração ao Orçamento de Estado, em sede de especialidade na Assembleia da Republica. O PSD recomenda à câmara que seja dada prioridade e feitas as diligencias necessárias na escolha da localização e implementação deste projecto de forma a dotar das melhores condições e a dignificar o novo Palácio da Justiça. O PS em sete anos de governo muito prometeu e nada fez de significativo ou relevante para o Bombarral. O PSD só em sete meses de governo já está a cumprir o que prometeu à população do Bombarral. “-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a Câmara realizou oportunamente o capital social da RESIOESTE não tendo informação sobre quais as autarquias que ainda não o fizeram. Quanto ao encerramento do aterro sanitário apenas teve conhecimento da situação durante a inauguração do centro de saúde, porque havia a exigência das cúpulas superiores de que não houvesse exploração mediática da situação. Desde logo alertou os serviços para que se procedesse à recolha dos resíduos para que não houvesse risco para a saúde pública. Quanto à estrada da Quinta da Carvalha disse ter diligenciado para que os serviços remediassem o problema. Por incúria do adjudicatário ou por deficiente fiscalização o acesso ficou rugoso permitindo a acumulação de águas. Relativamente à construção na Delgada disse que se vai procurar fazer a intercepção da linha de água no limite do espaço urbanizável que é um projecto que está a ser executado pelo GAT. Quanto à drenagem das águas em São Mamede tinha a informação da Direcção de Estradas que essa seria uma das primeiras prioridades. No âmbito da protecção civil existe a procura de uma colaboração para melhorar as coisas. No tocante à escola da Delgada está em ultimção a execução do projecto pelo GAT. --

-----**APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:** O senhor Presidente da Câmara informou que não existindo elementos mais actualizados do que os distribuídos para a reunião de 20 de Dezembro, os serviços da Divisão financeira recuperaram a informação com a receita cobrada até 30 de Setembro pelo que apresenta as suas desculpas pelo sucedido. De facto as coisas são assinadas ao correr da folha pelo que se penitencia. Informou que o promotor do parque eólico se disponibilizou para fazer uma reunião na Columbeira para o dia 10 de Janeiro, pelas 21.00 horas. Informou ter sido recebido na passada segunda-feira o Visto do Tribunal de Contas para o pólo II da zona de comércio e serviços. -----

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

----- Uma vez que os aereogeradores estão mais próximos da Azambujeira dos Carros, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça, questionou porque motivo é que a reunião se vai realizar na Columbeira. -----

----- A D. Susana Manco (PS) disse ter conhecimento de que a Câmara Municipal não pagou á RESIOESTE e que poucas Câmaras o fizeram, pelo que sem dinheiro é complicado fazer as coisas. Lembrou que os utentes pagam uma taxa do lixo e essa verba devia destinar-se a este fim. Na informação sobre a distribuição dos trabalhos vêem 4 / 5 dias para construir um pilar junto ao hospital. Verifica que esteve lá uma equipa pelo que gostava de saber que construção é esta. Questionou qual a prioridade de obras que há. Na mesma informação também constam 5 dias para montagem e desmontagem de tenda no centro de saúde e esteve-se um mês e meio a desmontar os pavilhões do Festival do Vinho. Questionou qual a gestão de recursos humanos em face das prioridades. -----

----- O senhor Fernando Venâncio (BP) congratulou-se porque na informação 43/02 já diz até à data que a receita e a despesa estão lançadas. Tem é dúvidas porque tem um registo de pagamentos de 02 de Dezembro a 12 de Dezembro. Na informação 31/02 existe uma incongruência quanto aos valores da despesa paga. Na informação 43/02 diz que em anexo seguem balancetes mas nada foi entregue. -----

----- O senhor Presidente da Câmara relativamente à questão do parque eólico disse que só por manifesta preocupação achou que seria de considerar a preocupação da Comissão de Melhoramentos da Columbeira, independentemente de outras reuniões que possam suceder. Quanto à inauguração do centro de saúde foi ponderado se o beberete devia ou não ocorrer nas imediações do mesmo, tendo-se concluído que isso seria manifestamente mais proveitoso. Acha que quem nos visita deve ficar com uma sensação agradável de que valerá a pena parar para constatar as nossas riquezas e belezas, desde que os recebamos bem. Está a ser recuperado um pilar da antiga entrada do hospital, indo procurar saber quem o danificou. Quanto á intervenção do senhor Fernando Venâncio lembrou que na sua primeira intervenção se penitenciou pelo envio de elementos mais desajustados. -----

----- O senhor Mário Morgado (CDU) disse já terem sido algumas vezes apelidados de críticos muito contundentes. Gostariam de fazer uma abordagem positiva da actividade do município mas mais uma vez não o podem fazer porque à luz dos documentos distribuídos tal não é possível. No quadro resumo da situação das obras concluem que este apresenta 25 obras extraídas do PPI e mais 6 situações que foi necessário resolver. Dessas 25 obras são mencionadas como estando em curso 10 que deviam ter terminado até final de 2002 segundo a calendarização do plano. Existem 8 obras adjudicadas que já deviam estar em curso. Salientou o facto do presidente da Câmara nunca ter utilizado a terminologia “intenção de adjudicação” em documentos anteriores. Tem que dizer que realmente existem 3 obras que cumprem o calendário e uma delas está terminada. Tudo o resto não está de acordo com o plano. Quanto à informação sobre a situação financeira da autarquia, se se compararem os elementos da informação 43/02 com os elementos que o senhor Presidente da Câmara deu na sessão extraordinária de 20.12.2002, *não bate a bota com a perdigota*. O senhor Presidente da Câmara havia dito que estava o POCAL a funcionar desde 01.11.2002 mas a informação reporta-se a 30.09.2002. Não é possível fazer uma avaliação realista e cabal da situação. É uma falta de respeito a forma como os documentos chegam aos membros da Assembleia, quer em termos técnicos, quer em termos temporais. -----

----- A D. Marlene Veloso (BP) salientou alguns aspectos do relatório de trabalhos por administração directa e considerou que continua a haver um despesismo enorme. Chamou a atenção para o prazo de desmontagem dos pavilhões na Mata Municipal e lembrou que o

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

pórtico dos festivais ainda lá continua, sujeito ao tempo, e para o ano terá que se comprar novas madeiras. Solicitou esclarecimentos sobre a construção de passeios no Bombarral e de duas floreiras para toponímia. Deu os parabéns por este ano o Carvalhal ter merecido iluminação de Natal e um presépio, mas constatou que a montagem esteve a cargo da Câmara ocupando dois dias de carpinteiro e pedreiro. Questionou qual o critério para ser só o Carvalhal a ter direito a isto. Perguntou se as iluminações foram suportadas pela Câmara ou pela Junta de Freguesia. -----

-----O senhor João Manuel Alves (CDS/PP) considerou que gerir recursos humanos não é fácil e o problema poderá prender-se com as pessoas que gerem esses recursos humanos. Todos têm consciência que nesta casa se trabalha pouco e mal dando como exemplo o trabalho efectuado na Caniceira que foi bem feito mas ficou por fazer a valeta pelo que as águas das chuvas vão entupir o aqueduto. Considerou que o emanilhamento no Vale Grou continua como obra adjudicada mas se calhar já devia estar concluída. -----

-----O senhor Presidente da Câmara lembrou que na sua primeira intervenção referenciou o facto da informação enviada pela Divisão Financeira para esta sessão, por lapso ou negligência, corresponde aos dados da sessão de Setembro. Se os serviços não tinham dados mais actualizados deviam ter enviado os dados de 20 de Dezembro. Se as questões que lhe são colocadas são de índole política costuma gaguejar, mas quando são de índole técnica é mais incisivo. Na informação enviada não constam os trabalhos que estão a ser desenvolvidos pela equipa das estradas, estando a fazer-se a ligação do camarão ao Estorninho e a colocação de pavimento na Rua da Misericórdia. Sempre que as Juntas de Freguesia têm solicitado colaboração nunca deixaram de a ter. A Junta de Freguesia de Carvalhal solicitou apoio para obtenção de algumas figuras do presépio tendo sido prestada a colaboração possível. As madeiras foram fornecidas pela Junta de Freguesia. Não existiu qualquer participação da Câmara Municipal na colocação de iluminação de Natal no Carvalhal. O passeio no Bombarral é na Rua João Manuel Ferreira. Penitenciou-se da situação do emanilhamento no Vale Grou mas já se encontra adjudicado. Esclareceu que nos processos de adjudicação em concursos antes da adjudicação é necessário manifestar a intenção de adjudicação para a audiência dos concorrentes.-----

-----Pela 01.10 horas o senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) requereu o prolongamento da sessão por mais uma hora, o que foi aprovado por maioria com 25 votos a favor e uma abstenção.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) considerou extremamente grave a situação da informação financeira. Pergunta onde estão os balancetes que deveriam ter sido entregues em anexo à informação. Pensa que é uma falta grave. Os serviços não têm de agarrar na informação anterior para fazer as seguintes. Chama a atenção de que alguma coisa foi lançada até Dezembro e os valores foram retirados dos registos contabilísticos. Esta é uma situação grave e daria para uma auditoria às contas da Câmara. Quer uma resposta concreta.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal agradeceu os elogios da D. Marlene Veloso e disse que ao serem eleitos têm sempre a preocupação de fazer o melhor. Para descansar as pessoas informa que a despesa feita com a iluminação de Natal é da inteira responsabilidade da Junta de Freguesia que não fez qualquer pedido à Câmara Municipal. Relativamente ao presépio a madeira foi adquirida pela Junta de Freguesia e custou € 106 e a Câmara correspondeu com os cortes, a pintura e a colocação. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) manifestou a sua preocupação quanto ao imbróglgio dos números e informações que deviam merecer um tratamento mais cuidado. Quanto ao cronograma das obras aparecem quantificados os dias mas não as pessoas pelo

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

que é difícil avaliar se o trabalho ficou caro ou barato. Daí parecerem extemporâneas algumas das conclusões tiradas.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) agradeceu a clareza da voz e a fluência do senhor Presidente da Câmara quando esclareceu uma falha de atenção na sua intervenção. Disse haver bancadas que receberam a informação 31/02 e outras receberam a informação 43/02 pelo que é preciso cuidado com os documentos. Chamou a atenção de que existem denominações de obras que não são as mesmas que aparecem no PPI.-----

-----O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a informação 31/02 foi enviada à Assembleia Municipal para a sessão de 20 de Dezembro e a informação 43/02 para a sessão de 27 de Dezembro. Ao reler os documentos enviados verificou que a Divisão Financeira tinha remetido os dados com base numa informação de Setembro e daí ter dado a justificação no início da discussão deste ponto. Os serviços sem razão aparente negligenciaram e forneceram a informação de uma sessão anterior. Penitenciou-se pela forma ligeira como a Divisão Financeira tratou o assunto porque já tinha informado que o POCAL estava a funcionar em pleno desde Novembro. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça considerou que todos trabalham para as populações que representam. Acha bem que a Câmara tenha emprestado um funcionário para fazer o presépio do Carvalhal. Na Roliça fizeram-no com a ajuda da juventude. Foi pena que se tivesse colocado iluminação apenas numa freguesia e não em todas. -----

-----A D. Susana Manco (PS), relativamente à questão dos presépios apresentou uma solução: em vez das madeiras dos pavilhões ficarem na Mata podiam ser ofertadas às Juntas de Freguesia e às colectividades. Relativamente à informação 43/02, verifica-se que a receita cobrada em Setembro era de € 5.393.000 quando a prevista em orçamento era de € 10.000.000. Ou seja em Setembro tinha sido cobrado pouco mais de 50% e para 2003 prevê-se um aumento da receita para € 12.700.000, pelo que pergunta como se pode discutir e votar um orçamento com estes valores. Considerou necessário credibilizar os números e se o senhor Presidente da Câmara precisar do apoio do seu gabinete então que o peça porque não e podem vir discutir números como se fossem coisas abstractas. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que aquilo que está por responder é da maior gravidade. O senhor Presidente da Câmara penitenciou-se pela forma ligeira como os serviços elaboraram a informação. A informação 43/02 reporta-se a um período de tempo anterior à informação 31/02. A despesa de capital efectivamente paga até 30 de Setembro era € 2.128.000 enquanto que em 13 de Dezembro era de € 1.741.000. Isto é que é o verdadeiro drama. Como é que se pode gerir uma Câmara com estas informações? -----

-----A responsável pela Divisão Financeira pediu desculpas em nome dos seus serviços. A informação 43/02 foi feita num dia em que muitos funcionários estavam de férias e os que estavam ao serviço encontravam-se muito pressionados. Telefonicamente deu instruções à Chefe de Secção para manter a informação de 20 de Dezembro mas debaixo da pressão esta recuperou os dados de 30 de Setembro. Quanto ao desfasamento nos valores das despesas de capital disse que quando foi feita a informação de 30 de Setembro os dados estavam no sistema antigo e em 20 de Dezembro os dados reportavam-se ao POCAL quando ainda existia muita despesa por recuperar.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal disse que se calhar todos têm a noção de porque é que os valores aparecem errados. Tem a noção de que o POCAL é complicado e pensa que todos devem ter a ombriedade de separar o que é um problema político do que é um problema técnico. Questionou se o gabinete de apoio à presidência foi em

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

algum momento solicitado a dar apoio na elaboração destes documentos. Está visto que é um problema técnico e errar é humano.-----

-----O senhor Abel Henriques (BP) fez notar que a Assembleia tem sido sucessivamente confrontada com as desculpas de funcionários atirados para a ribalta pelo senhor Presidente da Câmara. Considera que é problema político e não técnico. A Câmara Municipal tem uma cadeia hierárquica. A Assembleia Municipal está aqui para avaliar o desempenho do Presidente da Câmara que é mau. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) manifestou-se muito surpreendido com a intervenção do senhor Presidente de Junta de Freguesia do Carvalhal. Questionou em que é que é difícil o POCAL. Disse ser um sistema simples. Perguntou porque é que em devido tempo a Câmara Municipal não fez a contabilidade correcta em termos de POCAL que já devia vir desde Janeiro de 2002, assim como a inventariação e o balanço inicial. Estão a falar de coisas com 12 meses de atraso e a responsabilidade é do Presidente da Câmara. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que se esteve duas horas a apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara sobre a actividade da autarquia e a situação financeira da mesma, considerando que esta situação não pode continuar. A informação transmitida à Assembleia Municipal deve ter credibilidade e ser redigida de forma a ser compreendida. Apela a que o senhor Presidente da Câmara verifique melhor as informações para que situações destas não se voltem a verificar. -----

PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA: Presente a seguinte proposta de protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia: "Considerando ter esta autarquia todo o interesse em apoiar a actividade desenvolvida pelas Juntas de Freguesia sendo favorável à descentralização de funções; -----

-----Considerando a necessidade expressa pelos presidentes de Junta de Freguesia de continuarem a contar com o apoio financeiro que tem vindo a ser concedido por esta autarquia nos últimos anos; -----

-----Considerando o disposto no artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o qual autoriza a Câmara, sob autorização da Assembleia Municipal, a delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolo;-----

-----Considerando que do protocolo têm que figurar todos os direitos e obrigações de ambas as partes, nomeadamente os meios financeiros, a meios técnicos e humanos e as matérias objecto de delegação; -----

-----A Câmara Municipal de Bombarral propõe, que seja celebrado um protocolo e as Juntas de Freguesia deste concelho, com as seguintes delegações de competências previstas no artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro: -----

a)-----Que sejam transferidas para todas as Juntas de Freguesia deste concelho as seguintes competências: -----

a. ----- Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos;-----

b. ----- Conservação, calcetamento (trabalhos de natureza simples) e limpeza de ruas e passeios;-- -----

c. ----- Gestão e conservação de pequenos jardins e outros espaços ajardinados;-----

d. ----- Colocação e manutenção da sinalização toponímica;-----

e. ----- Conservação e reparação de escolas do ensino básico e do ensino pré-primário (trabalhos de natureza simples tais como: mudança de fechaduras, vidros e lâmpadas, substituição de louças sanitárias, limpeza do espaço exterior, etc); -----

f. ----- Gestão, conservação, reparação e limpeza de cemitérios, propriedade do município;

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

b) Que, pela delegação supra referida seja atribuído o valor de € 125.000 a distribuir pelas Juntas de Freguesia, pela forma seguinte:-----

- -----Junta de Freguesia de Bombarral – € 36.000;-----

- -----Junta de Freguesia de Carvalhal – € 32.500;-----

- -----Junta de Freguesia de Pó – € 13.000;-----

- -----Junta de Freguesia de Roliça – € 29.000;-----

- -----Junta de Freguesia de Vale Covo – € 14.500;-----

c) A Câmara Municipal de Bombarral continuará a assumir o pagamento do montante de € 16,5 por cada sala de aula dos ensinos básico e pré-primário, apesar de ser uma competência nos termos da lei das Juntas de Freguesia no total anual de € 8.662,50.-----

d) A Câmara Municipal de Bombarral fornecerá ainda às Juntas de Freguesia o veneno necessário para os trabalhos de pulverização;-----

e) Que o valor a transferir para as Juntas de Freguesia seja incluída no orçamento para 2003 sendo esta verba transferida em quatro tranches trimestrais durante o ano de 2003.”-----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara dizendo que esta proposta vem dentro dos objectivos que definiu quando o senhor Presidente da Câmara lhe delegou competências. Desde alguns anos que havia protocolos com as Juntas de Freguesia para atribuição de verbas usando os caminhos como justificação, mas não havia nenhum verdadeiro protocolo de delegação de competências. Enumerou as competências que se pretende delegar nas Juntas de Freguesia e as verbas a atribuir dizendo que as Juntas de Freguesia nunca ficam muito satisfeitas e querem sempre mais dinheiro mas houve um esforço para se chegar a um consenso.-----

----- Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta supra transcrita.-----

----- **PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

PARA 2003: O senhor Presidente da Câmara referiu a razão da entrega de novos elementos no início desta sessão dizendo que analisados os documentos se verificou que a versão assinada pelos membros do executivo não ser a versão final aprovada, devido à repetição de uma obra, o que havia sido atempadamente verificado.-----

----- O senhor Abel Henriques (BP) requereu que este ponto da ordem do dia seja retirado porque foram hoje distribuídos novos documentos.-----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a Mesa não aceita o requerimento tendo ele votado vencido porque entende haver fundamento legal para rejeitar este ponto. Entende que os documentos devem ser apresentados até 2 dias úteis antes das sessões. É um facto que este documento não foi entregue com essa antecedência e não é um mero erro de escrita porque há lapsos fundamentais que afectam várias rubricas.-----

----- O senhor Abel Henriques (BP) recorreu para o plenário de decisão da Mesa.-----

----- Foi deliberado por maioria com 14 votos a favor (8 do BP, 4 do PS e 2 da CDU), 3 abstenções (2 do CDS/PP e do senhor Presidente da Mesa da Assembleia) e 9 votos contra (9 do PSD) aprovar o requerimento apresentado.-----

----- Pelas 02.30 horas foi a sessão encerrada, e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelos membros da Mesa depois de lida e achada conforme.-----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

ACTA N.º 11/2002 – Reunião de 27 de Dezembro de 2002

O 2.º Secretário: